ATA Nº 37/2016 (32ª SESSÃO ORDINÁRIA)

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Vereador Senhor João Carvalho de Oliveira (PT), o Poder Legislativo santo-augustense esteve reunido ordinariamente junto à sede da Câmara de Vereadores. A Sessão Ordinária contou com a presença dos vereadores: Vice-Presidente Vereador Juarez Speroni (PMDB), Secretário Vereador Horácio Ferrando Dornelles (PDT), Carolina Fragoso Langner (PSB), Joel Antunes da Rosa (DEM), Marcelo Both (PP), Margarete Siqueira de Melo de Carvalho (PSDB), Tânia Maria Depiere (PDT), e Ultramar Luiz de Sousa (PDT). Foi efetuada a leitura de um trecho bíblico pela Vereadora Carolina Fragoso Langner. A ata da última Sessão Ordinária, sem discussão, foi aprovada por unanimidade. Passou-se para a leitura dos expedientes: deu entrada na Casa Legislativa Ofício nº 01/2016 do Comitê Municipal, com comunicação do processo de iniciativa popular que acontecerá, (PLEBISUL); Ofício nº 11/2016 da Unidade Central de Controle Interno com questionário sobre ouvidoria na Câmara de Vereadores; Ofício nº 313/2016 encaminhando Lei Municipal nº 2.739, nº 2.740 e nº 2741. Além disso, foi recebido o Ofício nº 319/2016 encaminhado os seguintes Projetos de Lei: Projeto nº 46, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial"; Projeto de Lei nº 47, que "Altera o art. 2º, art. 3º, art. 4º e art. 6º, da Lei Municipal nº. 976, de 23 de outubro de 1991"; Projeto de Lei Substitutivo nº 44, que "Institui e regulamenta o Livro Eletrônico de Registro de Prestação de Serviços, via WEB, no Município de Santo Augusto". Todos os projetos foram baixados para Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento. Em tramitação na Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 43, que "Autoriza o calendário de arrecadações do imposto sobre serviços constantes da tabela VII, da lei municipal nº 1.618 - Código Tributário Municipal", com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça com emendas, e parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento foi baixado para a Ordem do Dia. O Projeto de Lei nº 45, que "Define situação de excepcional interesse público e autoriza contratação temporária", com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça com emendas, parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação Desporto e Saúde foi baixado para a Ordem do Dia. Feita a leitura do expediente, foi aberto o Pequeno Expediente como ninguém se pronunciou então foi encerrado. Foi aberto o Grande Expediente: e nenhum vereador usou o espaço. Aberta a Ordem do Dia: os Projetos de Lei nº 43 e nº 45, sem discussão, foram aprovados por unanimidade. Explicações pessoais: o Presidente comunicou sobre a Audiência Pública que acontecerá dia vinte e nove de setembro, para demonstração e avaliação do cumprimento do Anexo de Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2016. Nada mais, sob a proteção de Deus, foi declarada encerrada a presente Sessão e convocados os edis para próxima Sessão Ordinária a realizar-se no dia três, conforme Regimento Interno. Consta nos anais da Casa a gravação. Nada mais a constar eu Alexandre Hendges, Auxiliar Legislativo, lavrei a presente ata.

JOÃO CARVALHO DE OLIVEIRA, Ultramar Luiz de Sousa

Marcelo Both

Margarete Siqueira de Melo de Carvalho